

HISTÓRIA INTERNACIONAL

ARNE HOFMANN, THE EMERGENCE OF DÉTENTE IN EUROPE. BRANDT, KENNEDY AND THE FORMATION OF OSTPOLITIK

Nova York, Routledge, 2007, 225 pp.

O tema desenvolvido neste livro é o esforço feito pelos dois líderes políticos, Willy Brandt e John F. Kennedy, para ultrapassarem as divisões da Guerra Fria, advogando a diminuição das tensões entre os dois blocos, e com isso impedindo uma guerra entre as duas superpotências. O livro está dividido em três partes. A primeira, uma descrição histórica das relações entre Willy Brandt e John F. Kennedy durante o período em que este ocupou a Casa Branca (1960-1963), tem como objectivo analisar as circunstâncias em que ambos se cruzaram e os momentos-chave que partilharam. Centrando-se em Berlim e Cuba, como os dois pontos-chave do período crítico que surgiu a partir de 1958, Hofmann analisa o papel de dois dos protagonistas responsáveis por mudanças significativas nas relações Leste-Oeste: Willy Brandt, o burgomestre de Berlim desde 1957, e o Presidente americano John F. Kennedy.

Na segunda parte, Hofmann centra a sua abordagem nos valores e conceitos que subjazem ao aparecimento da ideia de *détente*. Se, por um lado, Kennedy cedo percebeu que o reconhecimento do Bloco de Leste era determinante para a *détente*, por outro, Brandt acabou por ir mais longe e desenvolveu a política de reconhecer o *status quo* com o objectivo de o ultrapassar. A *Ostpolitik* de Brandt, afinal, era muito mais do que a estratégia para a paz de John F. Kennedy.

Por fim, na terceira parte são analisadas as dificuldades geradas pela aproximação Kennedy-Brandt no contexto das relações EUA-RFA. As tensões entre o chanceler Adenauer e o Presidente Kennedy transferiram o papel de partido pró-americano da CDU para o SPD e acentuaram as tensões no triângulo Bona-Berlim-Washington. Esta aproximação foi também usada a favor do líder social-democrata na ascensão da sua carreira política, afectando não só a sua postura internacional, mas também o modo como era percebido internamente. A juntar ao seu passado de resistente antinazi e ao importante papel enquanto burgomestre de Berlim, estava agora a sua defesa da

aliança transatlântica e da ligação aos Estados Unidos.

Arne Hofmann é investigador no Centro de Estudos da Guerra Fria da London School of Economics e o livro aqui tratado faz parte da colecção «Cold War History Series» da Routledge – características que reforçam a qualidade deste trabalho.

**OLIVER BANGE E GOTTFRIED
NIEDHART (EDS.), HELSINKI 1975
AND THE TRANSFORMATION OF EUROPE**

Nova York, Berghahn Books, 2008, 208 pp.

A década de 1960 ficou marcada pela evolução da Guerra Fria. Depois dos episódios de Berlim e Cuba na primeira metade da década, quer a população em geral quer os líderes políticos sentiram a «necessidade de civilizar» o conflito bipolar, esforço que recebeu o nome de *détente*. Ambos os lados estavam dispostos a alterar o carácter da confrontação: a *détente* de De Gaulle, o *bridge building* de Lyndon Johnson, a *Ostpolitik* de Willy Brandt ou a «coexistência pacífica» de Brejnev. Porém, todos estes movimentos partiram de acordos bilaterais, de onde se formou o caminho da multilateralização e até a institucionalização desta nova postura. A Conferência de Segurança Europeia transformou-se na Conferência de Segurança e Cooperação Europeia (CSCE). Este processo centrou-se simultaneamente no ordenamento territorial europeu – para o qual a questão alemã era fundamental – e na diminuição das tensões entre os dois blocos, através do alargamento de contactos entre a Europa de Leste e a Ocidental.

O que se procura analisar neste livro são as posições de vários países perante o processo que levou à assinatura do Acordo Final da CSCE, assinado em Helsínquia a 1 de Agosto de 1975. Do ponto de vista da Alemanha Federal, a CSCE oferecia uma oportunidade para aprofundar a permeabilidade da fronteira intra-alemã, o que, a longo prazo, iria levar ao desaparecimento da divisão alemã. O segundo objetivo de longo prazo era a liberalização da Europa de Leste, procurando assim minar a supremacia soviética naquela região. A reacção dos países do Pacto de Varsóvia a esta estratégia variou entre a abertura às iniciativas ocidentais e a ênfase na ameaça que constituíam, dependendo dos seus interesses próprios.

Os artigos que constituem este volume centram-se na análise das diferentes reacções ao processo de criação da CSCE, num período cronológico amplo (1961-1975). Através de 11 capítulos, obtemos uma análise geral dos principais elementos em jogo durante o processo de negociação que levou à reunião de Helsínquia, quer do ponto de vista nacional (como, por exemplo, dos casos alemão, francês, romeno ou soviético), mas também do ponto de vista do Pacto de Varsóvia. Este volume é também o resultado de um projecto internacional da Universidade de Manheim sobre as percepções mútuas entre a Alemanha Federal e os estados-membros do Pacto de Varsóvia, cujos resultados e publicações relacionadas estão disponíveis on-line em www.CSCE-1975.net. Tanto a informação disponível no site como o conteúdo deste volume tornam-se incontornáveis para o estudo das origens da CSCE.

DANIEL MÖCKLI, EUROPEAN FOREIGN POLICY DURING THE COLD WAR. HEATH, BRANDT, POMPIDOU AND THE DREAM OF POLITICAL UNITY

Nova York, I. B. Tauris, 2009, 476 pp.

Objectivo deste livro é analisar a construção da Cooperação Política Europeia (CPE), processo iniciado em 1969-1970. O autor defende que até finais de 1973 se dá o culminar da CPE, com tomadas de posição comuns por parte dos Nove que demonstram a vontade política de aprofundar politicamente a Comunidade Europeia. Esta análise é feita com base em três actores-chave para a CPE: o Reino Unido, a França e a República Federal da Alemanha. A escolha destes dois últimos países justifica-se pelo papel de motor do processo de construção europeia que desempenharam historicamente; o do Reino Unido porque, de acordo com Daniel Möckli, foi a sua adesão à CEE que lhe deu peso político reconhecido internacionalmente.

O livro descreve a evolução da CPE em três períodos distintos. O primeiro, entre 1969 e 1972, caracteriza-se pela decisão dos Seis em avançar para o aprofundamento político da Comunidade e, portanto, no processo de constituição da CEP e na preparação para a adesão do Reino Unido à CEE. O segundo período analisado é o ano de 1973, que constitui, segundo Möckli, o momento alto da CPE. Neste ano, existiu verdadeiramente uma só voz europeia em vários assuntos de importância internacional: a tomada de posição comum por parte dos (agora) Nove no conflito israelo-palestiniano; a postura que os Nove adoptaram em relação à iniciativa americana do «Ano da Europa» e o modo como se apresentaram durante as

negociações que levaram à CSCE. Esta tomada de posição a uma voz terá sido possível pelo interesse dos principais países europeus em se tornarem uma alternativa credível ao domínio bipolar, reforçando a construção política da Europa como solução para o que acreditavam ser um maior desinteresse dos Estados Unidos na defesa europeia – reflexo da procura da *détente* com a URSS. Porém, logo no ano seguinte, a Europa a uma só voz desaparece, em grande parte por causa das resistências americanas perante o fortalecimento dos Nove. A impossibilidade em encontrar uma resposta consensual perante a crise energética e a dificuldade em impor uma tendência europeia à parceria transatlântica revelaram todas as limitações existentes entre os países europeus em falarem a uma só voz.

A principal razão do enfraquecimento da CPE terá sido então a resistência americana em ter um interlocutor colectivo, em vez dos parceiros bilaterais tradicionais. Por outro lado, já nos anos 1970 revelou-se uma vez mais que em tempos de crise torna-se mais difícil ter a Europa a falar a uma só voz.

MARTIN KLIMKE E JOACHIM SCHARLOTH (EDS.), 1968 IN EUROPE. A HISTORY OF PROTEST AND ACTIVISM, 1956-1977

Nova York, Palgrave Macmillan, 2008, 344 pp.

1968 in Europe. *A History of Protest and Activism, 1956-1977* é o quinto livro publicado na colecção de «História Transnacional» da Palgrave Macmillan, e tem como objectivo ser uma referência concisa para os alunos e investigadores dos movimentos

de protesto dos anos entre 1960 e 1970 na Europa. Produto da rede de investigação «Marie Curie» sobre «Movimentos de Protesto na Europa desde 1945», esta obra procura preencher a lacuna existente sobre o tema em análise. Nesse sentido, o seu objectivo é alcançado. Em cerca de trinta capítulos, são feitos estudos de caso em quase todos os países da Europa, para além de capítulos sobre os elementos verdadeiramente transnacionais deste período, como a Nova Esquerda, o Movimento Internacional de Paz ou a influência da música nos movimentos de protesto («Music and Protest in 1960s Europe»). A última parte do livro reflecte sobre os impactos daqueles movimentos em quatro áreas determinantes: o terrorismo, o movimento feminista, o movimento ecologista e o seu impacto nas narrativas de democratização.

Os editores da obra, Martin Klimke (Universidade de Heidelberg) e Joachim Scharloth (Universidade de Zurique), identificam quatro domínios que serviram de motor para a transnacionalidade destes movimentos de protesto. Primeiro, uma base comum de orientação ideológica, identificada com a Nova Esquerda e que procurava uma alternativa quer ao «marxismo ortodoxo», quer ao «anticomunismo fervoroso». Em segundo

lugar, as redes de contacto pessoais e institucionais, fortalecidas pela realização de encontros internacionais de estudantes. De seguida, promovidos por estas redes de contactos, os repertórios de acção tornavam-se comuns, com a partilha de métodos e de formas inovadoras de protesto. Por fim, e como soma de todas estas trocas de experiências, técnicas de protesto e ideologias, surgiu a busca por um estilo de vida alternativo e a criação de uma contracultura que se tornou comum a toda a Europa. Apesar de haver muitas diferenças no modo como estes elementos foram vividos em cada país europeu, podemos dizer que são de facto os aspectos que conferem essa sensação de transnacionalidade aos movimentos de protesto dos anos 1960-1970.

De modo a cumprir a sua função como manual para o estudo deste período, existe um guia de ensino e investigação *on-line*, que disponibiliza uma cronologia, bibliografia e algumas fontes para todos os países europeus. De salientar que, apesar de o estudo de Portugal não fazer parte do volume em papel, existe um capítulo *on-line*, da autoria de Miguel Cardina (Universidade de Coimbra), disponível em: <http://www.1968ineurope.com/>.

■ ANA MÓNICA FONSECA

HISTÓRIA NORTE-AMERICANA

MELVYN LEFFLER E JEFFREY LEGRO (EDS.), *TO LEAD THE WORLD. AMERICAN STRATEGY AFTER THE BUSH DOCTRINE*

Oxford, Oxford University Press, 2008, 303 pp.

O historiador Melvyn Leffler e o politólogo Jeffrey Legro reuniram neste livro um conjunto de distintos académicos e especialistas em relações internacionais. A sua proposta não era de todo fácil: que cada um elaborasse uma proposta concisa de estratégia de segurança nacional para os Estados Unidos após a era George W. Bush. Compreendendo que o mundo está a meio de uma transformação profunda no que diz respeito à organização da ordem internacional, a proposta dos editores procura afastar-se do que até agora havia sido feito em relação à análise da doutrina Bush. Admitindo que esta Administração deixará marcas profundas na cena internacional, os autores propõem que definitivamente se deixem de lado as críticas fáceis ao combate contra o terrorismo e ao conflito no Afeganistão e Iraque. Leffler e Legro reconhecem que as políticas da Administração Bush vão para além da ideia de unilateralismo e da guerra preventiva, sendo que apelaram aos autores de cada capítulo para refletirem sobre uma das principais bases em que assentava a ideia de segurança nacional norte-americana, isto é, a promoção da liberdade, política e económica, no mundo.

As conclusões a que este grupo heterogéneo de dez cientistas políticos e espe-

cialistas em relações internacionais chegou são bastante interessantes. Todos os autores partilham da esperança que os Estados Unidos mantenham o seu papel de liderança, de domínio militar, de defesa da liberdade, de abertura económica e de colaboração com os outros países do mundo. Ainda que alguns autores não tenham a certeza sobre que meios os Estados Unidos devem utilizar para manter uma posição de liderança mundial, todos concordam que seria um erro a retirada norte-americana da arena internacional (p. 251). Também em relação à abertura económica, os autores apoiam a expansão de uma ordem económica capitalista apesar de reconhecerem a existência de alguns problemas que advêm do processo de globalização. Finalmente, todos os autores acabam por criticar as posições unilateralistas seguidas durante alguns momentos da Administração Bush, defendendo o retorno ao multilateralismo para enfrentar uma grande variedade de problemas, tais como a proliferação de armas de destruição maciça, o aquecimento global e o enfraquecimento do papel do Estado em regiões como a África, o Médio Oriente e a Ásia Central. Em conclusão, com o «previsível» mundo da Guerra Fria cada vez mais distante e com a complexificação da política internacional, este livro procura contribuir com um conjunto de análises profundas e provocativas que permitam aos decisores políticos e ao público em geral compreender melhor o futuro do papel dos Estados Unidos no mundo.

ANDREW J. BACEVICH, THE LIMITS OF POWER. THE END OF AMERICAN EXCEPTIONALISM

Nova York, Metropolitan Books, 2009, 213 pp.

O mais recente livro de Andrew Bacevich volta a analisar a tradicional temática abordada por este especialista em política externa e de defesa norte-americana: o papel preponderante dos Estados Unidos na cena internacional depois do final da Guerra Fria. Reconhecendo que a queda do bloco soviético trouxe mais problemas para os Estados Unidos do que muitos previam em 1991, Bacevich defende que um conjunto de presunções da elite política e da sociedade norte-americana contribuíram para que o país se deparasse com os problemas verificados no Iraque e, actualmente, no Afeganistão. Mais do que as acções de Saddam Hussein ou de Osama bin Laden – ainda que estas fossem profundamente malevolentes –, as razões para os Estados Unidos se depararem com guerras sem fim à vista na zona do golfo Pérsico prendem-se com um problema doméstico da sociedade norte-americana, isto é, o desgaste da ideia de liberdade e o refúgio frenético na manutenção do *American way of life*.

Mais do que profundamente inovadora, a abordagem de Andrew Bacevich revela-se interessante na medida em que parte de um académico assumidamente conservador e realista. Ao contrário dos tradicionais autores revisionistas da historiografia da política externa norte-americana, Bacevich não foi procurar inspiração na linha de William Appleman Williams culpando os objectivos norte-americanos de mais não serem que um imperialismo disfarçado numa política de comércio livre com as restantes nações

mundiais. Este professor da Universidade de Boston baseia a sua linha de investigação num dos ícones da Escola Realista, Reinhold Niebuhr e, citando este autor, acusa a política externa dos Estados Unidos de partir de uma perspectiva arrogante e narcisista, procurando justificar todas as suas acções com base na ideia de defesa da liberdade (p. 7). Ora, como o autor acaba por concluir, a incapacidade das elites políticas em reflectirem acerca do que o conceito de liberdade quer dizer em pleno século XXI e a evolução da sociedade norte-americana no sentido de uma posição cada vez mais individualista e menos gregária conduziu a que, face aos graves conflitos internacionais com que os Estados Unidos se deparam, o exercício da liberdade americana já não é suficientemente forte para gerar poder suficiente para manter uma ordem imperial. Na verdade, com uma sociedade centrada no consumo e na autonomia individual, o exercício da liberdade está a contribuir para a erosão gradual do poder norte-americano no mundo (p. 11). Este pequeno ensaio, com um objectivo declarado de alcançar um grande público, torna-se, por isso, um interessante livro para compreendermos a sociedade actual norte-americana.

LLOYD C. GARDNER, THE LONG ROAD TO BAGDAD. A HISTORY OF US FOREIGN POLICY FROM DE 1970S TO THE PRESENT

Nova York, The New Press, 2008, 310 pp.

Ao contrário de alguns livros recentes que abordaram o envolvimento dos Estados Unidos na zona do golfo Pérsico, esta obra de Lloyd Gardner procura enqua-

drar a invasão do Iraque de 2003 com o processo evolutivo a que se assistiu na política externa norte-americana desde a intervenção no Vietname. De acordo com este autor, o caminho que conduziu os Estados Unidos à intervenção no Iraque começou imediatamente após o final da Guerra do Vietname. Durante esta guerra, argumenta este reputado historiador da linha revisionista iniciada na Universidade de Madison durante a década de 1960, enraizou-se uma forte tradição no pensamento político norte-americano sobre a natureza das revoluções e a necessidade de existirem forças exteriores para fomentar os processos de desenvolvimento económico e político em zonas subdesenvolvidas. Este pensamento, detalhado por Walt Whitman Rostow durante a Administração Johnson, acabou por ser posto em prática por Zbigniew Brzezinski, seu sucessor enquanto principal conselheiro de Segurança Nacional da Administração Carter. Foi durante esta Administração que o envolvimento dos Estados Unidos na região do golfo Pérsico mais se desenvolveu, sendo que Gardner reforça a enunciação da doutrina Carter como um momento determinante desse envolvimento. A queda do xá da Pérsia e a proclamação da República Islâmica do Irão em 1979, bem como a invasão do Afeganistão por forças soviéticas justificaram a enunciação de uma nova política norte-americana para aquela região. A maioria dos capítulos deste livro centra-se no enquadramento e na análise do momento actual que os Estados Unidos estão a viver no Iraque. Neste sentido, o autor nem sempre consegue manter-se fiel ao seu objectivo principal de fazer uma

estreita ligação entre a invasão do Iraque de 2003 e o conflito que os Estados Unidos viveram no Sudoeste Asiático desde os anos de 1960 até 1975. Optando por não seguir uma narrativa cronológica, o autor consegue captar a atenção do leitor através de uma escrita comparativa entre os dois momentos que marcaram as primeira e segunda intervenções no Iraque. Através de uma análise da Administração Bush I e Bush II, com uma abundante e variada utilização de fontes, Lloyd Gardner acaba por concluir que, mais do que o interesse económico de garantir acesso privilegiado ao petróleo do Médio Oriente, a ocupação do Iraque prendeu-se com a necessidade geoestratégica de garantir uma base segura para os Estados Unidos na região.

JAMES EDWARD MILLER, THE UNITED STATES & THE MAKING OF MODERN GREECE. HISTORY & POWER, 1950-1974
Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2009, 301 pp.

Évasta a bibliografia que aborda a penetração política, militar e cultural dos Estados Unidos na Europa Ocidental após o final da II Guerra Mundial. Para além dos tradicionais livros que vêem as relações transatlânticas neste período de uma forma conjunta, procurando compreender quais as razões que levaram os Estados Unidos a olharem para Europa Ocidental como uma zona de influência vital para os seus interesses, inúmeros estudos de caso revelam como os grandes países europeus, muitas das vezes, cooptaram com esta situação ou, então, não conseguiram resistir. O exemplo mais conhecido desta cor-

rente é a ideia de Geir Lundestad de que a Europa convidou os Estados Unidos a desempenharem um papel central no seu destino. Contudo, raras vezes a historiografia norte-americana centrou os seus estudos de caso nos países mediterrânicos. Desta forma, o mais recente livro de James Edward Miller é uma surpresa refrescante na historiografia norte-americana.

Centrando-se na importância que os Estados Unidos tiveram na construção da moderna Grécia do pós-II Guerra Mundial, este professor de Georgetown demonstra ao longo do seu trabalho de que forma a Grécia foi um caso evidente de um Estado alavancado pela capacidade norte-americana de tornar seguras as zonas do seu interesse estratégico. Após o grave conflito sangrento que assolou este país entre 1947 e 1949, o apoio dos Estados Unidos procurou, em primeiro lugar, evitar a expansão da influência soviética naquele país cortando, ao mesmo tempo, a hegemonia do Partido Comunista grego, maioritariamente apoiado pela Jugoslávia. Em segundo lugar, desejavam modernizar uma nação que, para muitos observadores europeus, era uma sociedade balcanizada com costumes polí-

ticos mais característicos de otomanos do que de europeus. Como Miller demonstra, o apoio norte-americano à Grécia envolveu um considerável investimento militar nas Forças Armadas, na medida em que estas eram vistas como um veículo privilegiado de modernização do país. Por outro lado, o investimento de capitais foi também vital na medida em que o desenvolvimento económico e o aumento da prosperidade da sociedade grega eram vistos como a melhor forma de evitar o ressurgimento dos movimentos comunistas. Por fim, o autor não deixa de analisar aquilo que para si foi o principal problema da evolução grega entre 1950 e 1974: a dificuldade em construir um sistema político estável e democrático. Apesar de admitir a culpa da elite política grega neste processo, Miller reconhece ainda que os Estados Unidos tiveram, também, uma responsabilidade alargada nesta situação, sobretudo pela sua actuação ambígua durante a Ditadura dos Coronéis. Apenas a integração europeia da Grécia após 1974 permitiu a estabilização do seu sistema político.

■ DANIEL MARCOS

TIMOTHY J. LYNCH E ROBERT S. SINGH, AFTER BUSH – THE CASE FOR CONTINUITY IN AMERICAN FOREIGN POLICY

Cambridge, Cambridge University Press, 2008, 382 pp.

O argumento deste livro é, sem dúvida, polémico, num momento em que o mundo está encantado com a eleição de Barack Obama e ocupado a apontar as diferenças entre o novo Presidente e o seu antecessor. Timothy Lynch e Robert Singh (da Universidade de Londres) afirmam que a doutrina Bush não foi uma invenção do Presidente que a protagonizou. Foi, antes, a resposta lógica aos ataques do 11 de Setembro, informada pela «tradição da política externa norte-americana». A guerra contra o terrorismo, a que chamam II Guerra Fria, é o sucedâneo, com os devidos ajustes relacionados com a natureza do opositor, do conflito que opôs os Estados Unidos à URSS.

Partindo deste princípio, os autores salientam que as principais características da política externa americana desde o 11 de Setembro e os métodos para atingir um sistema internacional mais seguro não só foram uma constante durante a Guerra Fria como fazem parte das orientações externas dos Estados Unidos desde que são uma nação. Por outras palavras, quer a crença de que o carácter democrático dos estados é determinante para a estabilidade das relações internacionais (e que a primazia americana é a melhor forma de manter a paz) quer a certeza de que o ataque preventivo e a decapitação

de regimes tirânicos através de coligações de vontade são tácticas legítimas são conceitos que acompanham a política externa norte-americana há mais de 200 anos. Este argumento é assumidamente herdeiro de Robert Kagan, que tentou provar, em *Dangerous Nation*, que os Estados Unidos são naturalmente uma nação expansionista, apesar do carácter benigno da sua intervenção internacional.

A este argumento, Lynch e Singh impõem duas conclusões: primeira, independentemente do presidente que ocupar a Casa Branca, as características da política externa americana dos últimos anos manter-se-ão – são estruturais. Segunda, as coligações de vontade são uma forma eficaz de projectar poder, porque reúnem os estados de identidade anglo-saxónica (Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e Índia). Estes estados partilham o mesmo sistema de valores, o mesmo entendimento relativamente às necessidades de segurança, e a mesma vontade de fazer uso da força militar quando necessário. São aliados naturais e tenderão a manter a liderança do sistema, como se verifica desde a ascensão do Império Britânico.

Independentemente da inconsistência da tese – não existe uma tradição na política externa norte-americana, mas pelo menos três, e em permanente confronto –, Lynch e Singh levantam um debate cada vez mais relevante na literatura das relações internacionais: numa nova ordem internacional, como se definirão as fidelidades dos estados? Pela identidade política ou histórico-cultural? Pelo interesse nacional?

**DEREK CHOLLET E JAMES
GOLDGEIER, AMERICA BETWEEN THE
WARS – FROM 11/9 TO 9/11 – THE
MISUNDERSTOOD YEARS BETWEEN THE
FALL OF THE BERLIN WALL AND THE
START OF THE WAR ON TERROR**

Nova York, Public Affairs, 2008, 412 pp.

Charles Krauthammer, colunista do *Washington Post*, considerou que os doze anos que compreendem o derrube do Muro de Berlim e os atentados terroristas do 11 de Setembro foram «umas férias da história». Esta expressão designava a ausência de ameaças internacionais imediatas, o que teria dado aos decisores americanos um período de relativo descanso, dispensando-os de crises profundas ou decisões difíceis.

Quem ler *From 11/9 to 9/11*, de Derek Chollet (Universidade de Georgetown) e James Goldgeier (Universidade de George Washington), percebe que Krauthammer só em parte tinha razão: os anos 1990 foram essencialmente tempos de hesitação e experiência, em que os decisores, confrontados com um novo sistema internacional – unipolar – procuraram encontrar soluções de governação global num contexto para o qual não havia modelos na História.

Segundo os autores, desenharam-se duas grandes tendências. Uma foi a dificuldade de definir as novas regras de uso de poder. Sem amarras – constrangimentos provocados pelo equilíbrio de poder de outros estados – os Estados Unidos tiveram a oportunidade de transformar a ordem valorativa. O resultado foi, essencialmente, levantar mais questões do que encontrar respostas: ainda hoje se procura definir, por exemplo, um novo conceito

de legitimidade internacional. O antigo – o respeito pela soberania dos estados – está em crise devido às intervenções humanitárias levadas a cabo no período em apreço.

Outra tendência foi o desenvolvimento de uma maior vontade política de fazer uso da força militar por razões não relacionadas com a segurança imediata. Nos anos 1990, desenvolveram-se e acentuaram-se duas doutrinas – o liberalismo internacionalista e o neoconservadorismo – que tinham (e têm) em comum a ideia de expansão da democracia com a finalidade de obter, a prazo, um sistema internacional mais estável e pacífico. Liberais internacionalistas e neoconservadores desenvolveram a ideia de que os Estados Unidos podem (e devem, em certos casos) exercer o seu poder de transformar o mundo, pela força, se necessário. Simultaneamente, os conservadores («Contract Republicans») não foram capazes de fazer propostas suficientemente consistentes para se opor a esta abordagem mais interventiva que se desenhava em Washington, quer na Casa Branca, quer nos *think tanks*.

Os autores concluem realçando as semelhanças entre a Administração Clinton e a Administração W. Bush, no que respeita às ideias sobre o uso de poder e da força militar americana – «maiores do que a maioria dos americanos perceberam ou que os partidários de ambos os lados querem admitir». Se assim for, os anos 1990 não foram exactamente umas férias da História. Foram o início de uma história complexa cujo desfecho ainda está por construir.

**THOMAS E. RICKS, THE GAMBLE –
GENERAL PETRAEUS AND THE UNTOLD
STORY OF THE AMERICAN SURGE IN
IRAQ, 2006-2008**

Londres, Alan Lane, 2009, 394 pp.

Este magnífico relato de Thomas Ricks (correspondente do *Washington Post* no Pentágono e autor do muito aclamado *Fiasco*) sobre as origens e a execução da *surge* – a estratégia da contra-insurreição que mudou o rumo da Guerra do Iraque – demonstra uma realidade interessante. É que apesar de a estratégia ter sido desenhada para alterar o resultado do conflito em favor dos Estados Unidos, impôs uma mudança de mentalidade nas Forças Armadas norte-americanas.

Os péssimos resultados da Guerra do Iraque desde o fim da invasão até ao final de 2006 criaram condições para uma revisão profunda do pensamento militar norte-americano. Até aí, dominava a doutrina Powell constituída por quatro princípios: o uso maciço da força militar, que visava a limitação do tempo de permanência em ambiente de conflito; a definição de objectivos precisos; o abandono do cenário de guerra assim que os objectivos pré-definidos fossem atingidos. Procurava-se, sobretudo, evitar baixas americanas e manter a opinião pública a favor das decisões do poder político.

Se estas regras foram eficazes durante a Guerra Fria, tornaram-se obsoletas em cenários de conflito irregular. A aplicação da doutrina Powell depois da invasão ao Iraque – evitar a exposição dos soldados

americanos e usar poder massivo contra guerrilheiros irregulares – levou a que os norte-americanos se tornassem espectadores de uma «quase guerra civil» alimentada por milícias étnicas (sunitas e xiitas) e adversários externos – a Al-Qaeda e o Irão.

Sem soluções, a Casa Branca cedeu à implementação da *surge*, uma estratégia com muito poucos apoios no *establishment* político e militar. A «doutrina Petraeus» mais não é do que a aplicação de regras clássicas de contra-insurreição. Mas representa a inversão da ideia de uso de poder militar massivo: constitui-se da limitação dos objectivos políticos (a estabilidade em vez da democracia); do aumento dos meios humanos; e, principalmente, da protecção da população quer no que respeita à sua segurança, quer no que respeita à sua dignidade.

O que aconteceu no Iraque entre 2006 e 2008 foi a transformação da doutrina Powell na doutrina Petraeus. Já se sabe que o alcance dos resultados desta estratégia nunca poderá ser plenamente apreciado, uma vez que o Exército americano irá retirar, muito em breve, do Iraque. Fica por saber – é disso que se ocupa o último capítulo do livro – se os poderes político e militar (muito resistente) irão aceitar esta profunda mudança no conceito de fazer a guerra. Cabe à Administração Obama – que já anunciou uma nova *surge* no Afeganistão – sedimentar ou abandonar tão profunda transformação nos assuntos militares americanos.

SIMON SCHAMA, THE AMERICAN FUTURE: A HISTORY FROM THE FOUNDING FATHERS TO BARACK OBAMA
Londres, Vintage, 2009, 416 pp.

Por vezes, surge um autor que, sem querer imitar Alexis de Tocqueville, segue-lhe as pegadas. Não se fala aqui de igualar a importância e a qualidade da obra do visitante francês, trata-se de colocar a mesma pergunta que Tocqueville colocou: o que é que os Estados Unidos, o que é que a democracia e o sistema político americano têm que os diferenciam dos restantes estados? Muitas vezes, a resposta vem no formato de um livro muito marcado ideologicamente: ou é um relato de todas as falhas dos Estados Unidos ou um corolário de todas as suas virtudes. Este desequilíbrio torna esses trabalhos pouco interessantes e ainda menos informativos.

O recente livro de Simon Schama (Universidade de Columbia), *The American Future: A History* é invulgar neste aspecto. Em parte do livro, o historiador – um confesso entusiasta da América e um defensor convicto do Partido Democrata – demonstra uma preferência exacerbada por determinadas figuras históricas em detrimento de outras, distorcendo, até certo ponto, o papel que cada um desempenhou na história da concepção da América. Noutros momentos, Schama demonstra lucidez e mestria, especialmente no que respeita à caracterização de certos traços do ADN americano.

Estas diferenças encontram-se se compararmos primeiro e segundo capítulos, res-

pectivamente sobre a guerra e a religião. No primeiro, o autor caracteriza a América através do debate entre Jefferson e Hamilton, tomando como ponto de partida as concepções que cada um detém para West Point (a academia militar norte-americana por excelência). Jefferson preconiza um corpo militar de elite, em que os cadetes são treinados para a paz, para a reconstrução e para o desenvolvimento. Hamilton projecta uma força capaz de defender os interesses americanos no exterior, uma vez que, mais tarde ou mais cedo, seria necessário usar o poder militar para defender a República. Jefferson é caracterizado como o estadista ponderado, *lockiano*, fundador do ideal americano. Hamilton é o federalista imperialista, que prefere o poder à paz. É deste retrato distorcido – onde jogam «duas Américas», uma boa, outra má – que parte toda a análise do livro. Há, portanto, heróis e anti-heróis. E a América progride quando os heróis comandam as instituições.

Schama analisa ainda o sistema institucional americano através da liberdade religiosa, percebendo que a Primeira Emenda à Constituição proporcionou não só a separação de poder do Estado e da igreja como uma liberdade religiosa sem precedentes na História. Assim a América tornou-se um permanente diálogo entre a fé, a liberdade e a convicção e a tolerância. Em suma, o autor é preciso e tolerante com as instituições e menos justo com os protagonistas.

■ DIANA SOLLER